13ª Mostra da Produção Universitária.

Rio Grande/RS, Brasil, 14 a 17 de outubro de 2014.

ANÁLISE ACERCA DA TEORIA DA TRANSCENDÊNCIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES NO CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE

**IASINIEWICZ, Giovanna
MARQUES, Carlos Alexandre Michaello
gi.iasiniewicz@hotmail.com**

**Evento: XVI Encontro de Pós-Graduação
Área do conhecimento: Ciências Sociais e Aplicadas/Direito**

Palavras-chave: Abstrativização; Controle difuso; Supremo Tribunal Federal.

1. INTRODUÇÃO

Esta apreciação acadêmica tem por intento aclarar as questões referentes às transformações ocorridas em sede de controle difuso de constitucionalidade, no que tange à polêmica da transcendência dos motivos determinantes, bem como ponderar a respeito de sua aplicabilidade e efeitos no ordenamento jurídico brasileiro. Como se trata de tema não pacificado na doutrina e jurisprudência, busca-se analisar os aspectos controvertidos acerca da legitimidade do Supremo Tribunal Federal em atribuir efeito vinculante e *erga omnes* às suas decisões proferidas no controle difuso de constitucionalidade, independentemente da edição da resolução suspensiva proferida pelo Senado Federal. Além disso, busca-se aferir as consequências, defendidas pela doutrina, que essa abstrativização do controle concreto pode gerar, no que diz respeito à segurança jurídica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A sentença que declara a inconstitucionalidade de determinada lei ou ato normativo, em sede de controle difuso de constitucionalidade, produz eficácia *inter partes* e, via de regra, efeito *ex tunc*. Não obstante, o Senado Federal poderá suspender a execução do ato normativo, no todo ou em parte, com eficácia *erga omnes* e efeito *ex nunc*, através de resolução senatorial, conforme expressamente disposto no artigo 52, inciso X, da Constituição Federal de 1988. Ocorre que, com a análise de alguns precedentes, como o HC 82.959, se percebe que o STF vem atribuindo efeito vinculante e *erga omnes* às suas decisões no controle difuso de constitucionalidade, expandindo os seus efeitos para além das partes envolvidas no processo, sem a participação do Senado Federal. Essa tendência, chamada de teoria da transcendência dos motivos determinantes ou abstrativização do controle difuso, implica em uma alteração na interpretação do artigo 52, inciso X, da Constituição Federal, de maneira que a suspensão da norma deixaria de ser uma faculdade conferida ao Senado Federal, passando este a ficar vinculado à decisão do Supremo Tribunal Federal, atribuindo, apenas, publicidade àquela decisão.

3. MATERIAIS E MÉTODOS (ou PROCEDIMENTO METODOLÓGICO)

O presente trabalho foi desenvolvido através do método dialético. Realizou-se, no que tange às explorações conceituais do tema, por intermédio de pesquisas

13ª Mostra da Produção Universitária.

Rio Grande/RS, Brasil, 14 a 17 de outubro de 2014.

bibliográficas, fontes jurídicas e referências eletrônicas. O acesso ao material se dará pela utilização da biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande e repositórios de material digital. A presente pesquisa se desenvolve no âmbito do Grupo Transdisciplinar de Pesquisa Jurídica para a Sustentabilidade – GTJUS, na linha Ética, Sociedade e Novos Direitos.

4. RESULTADOS e DISCUSSÃO

Doutrina e jurisprudência divergem acerca da legitimidade do Supremo Tribunal Federal em efetuar uma mutação constitucional ou ainda ignorar o papel político do Senado Federal, conferido pela Constituição Federal. Os adeptos à teoria defendem que, além de proporcionar economia e celeridade processual – visto que tem o condão de unificar as decisões proferidas incidentalmente -, a abstrativização também resguarda a segurança jurídica. No que tange à participação do Senado Federal, entendem que o artigo 52, inciso X, está defasado, devendo haver uma alteração em sua interpretação no sentido de atribuir ao Senado o papel de, apenas, dar publicidade às decisões do Supremo Tribunal Federal.

Por outro lado, há doutrinadores que defendem que a teoria fere princípios constitucionais de suma importância para a ordem jurídica brasileira, visto que o Supremo Tribunal Federal, ao expandir os efeitos de suas decisões sem a resolução senatorial, além de invadir a esfera de poder que compete ao Legislativo, retira do processo difuso a possibilidade de averiguação dos representantes do povo, ferindo, portanto, o princípio da separação dos poderes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvendo as elucidações acerca da teoria da transcendência dos motivos determinantes, tornou-se possível ultimar que, embora a evolução jurídica seja de fundamental importância no direito contemporâneo, não se pode olvidar das garantias fundamentais no intuito de otimizar o devido processo legal. Tem-se como não razoável que a teoria permita que o Supremo Tribunal Federal usurpe a competência conferida ao Senado Federal, ferindo, assim, o princípio da separação dos poderes.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO DANTAS, Paulo Roberto de. **Direito Processual Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2009.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MEDEIROS, Juliana Helena Almeida. **Críticas à abstrativização do controle difuso de constitucionalidade**. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XVI, n. 109, fev 2013. Disponível em: http://ambito-juridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12843&revista_caderno=9> Acesso em 20 Jun. 2014.